

O cronograma de Tancredo e a questão da Constituinte

13 FEV 1985

Enquanto os grupos radicais continuam preparando-se para declarar uma guerra sem tréguas ao futuro governo, com o objetivo de impedir a consolidação da Nova República, com muita serenidade e bastante realismo o presidente eleito Tancredo Neves vai retirando-lhes o pretexto para as campanhas infundadas e para as provocações. Sua estratégia, como democrata que sempre foi ao longo de quase 50 anos de vida pública, é a da sinceridade e da disposição ao diálogo com todos — mesmo com aqueles que professam uma ideologia diametralmente oposta à sua.

Na sua importante entrevista desta última segunda-feira, o presidente eleito voltou a dar lições de tolerância e maturidade política. No que se refere à questão da Constituinte, por exemplo, ele foi claro e direto: anunciou que a convocará no devido tempo, a fim de que esta oportunidade ímpar em nossa história não seja desperdiçada, do mesmo modo como mostrou estar ciente de que as condições para a elaboração de uma nova Carta Magna, que não tenha o destino de todas as que tivemos até agora, estão associadas a uma série de outros desafios difíceis de serem vencidos — entre eles, o controle da inflação, o equacionamento da dívida externa, o resgate da credibilidade governamental, o restabelecimento do federalismo e a retomada do crescimento econômico.

Essa vinculação da reforma da ordem jurídica nacional ao equacionamento de alguns dos principais problemas que afligem o dia-a-dia de cada cidadão brasileiro não é um mero capricho do sr. Tancredo Neves. Ele sabe, como todos nós, que não basta mudar as leis e os códigos para transformar o Brasil numa grande nação. É preciso, paralelamente, preparar a sociedade para a mudança, canalizando os anseios dos diferentes segmentos que a compõem, bem como limpar o entulho autoritário, acumulado ao longo destas duas últimas décadas, que inibiu um saudável processo de discussão e reflexão sobre as alternativas de superação de nossa crise. Segundo as suas próprias palavras, a Constituinte não pode ser apenas autêntica e representativa — mais do que isso, ela também precisa ser "um instrumento mais moderno e dinâmico de renovação social", em condições de possibilitar o reconhecimento das liberdades públicas, a revisão do poder de intervenção do Estado na economia nacional e a promoção de um amplo processo de correção dos desequilíbrios setoriais e regionais.

Em sua entrevista, o presidente eleito mostra que está consciente de que toda reforma jurídica contém uma dimensão social — e ambos, o jurídico e o social, necessitam estar conjugados por uma vontade política responsável e conseqüente. Por meio dessa vontade, que cabe a ele expressar em nome da Nação, como seu dirigente máximo investido de um mandato legítimo, será possível ouvir todos os órgãos representativos da sociedade civil brasileira. Em outras palavras, a convocação da Constituinte deve ser precedida de um trabalho preliminar capaz de seleccionar, articular e harmonizar as sugestões e as propostas hoje existentes numa espécie de roteiro ou de pauta para as discussões a serem travadas a partir de 1986.

Esse esforço de coordenação é imprescindível ao sucesso de um amplo processo de renovação institucional como o que estamos iniciando. Mesmo porque a decisão de mudar leis e reformar procedimentos não é assim tão simples como pretendem dar a entender as lideranças políticas mais radicais. Uma alteração de nossa estrutura tributária, por exemplo, exige uma modernização das máquinas administrativas dos municípios e dos governos estaduais — o que não se faz do dia para a noite. A moralização administrativa, por sua vez, está associada ao fortalecimento do Judiciário como um poder autônomo e soberano, capaz de apurar as responsabilidades pelos grandes escândalos financeiros do momento. E, em todo Estado de Direito que se pretenda legítimo, os envolvidos e acusados devem ter assegurado o seu direito de defesa — o que exige que os processos judiciais tenham um tempo mínimo de tramitação.

Se bem analisadas, na verdade nenhuma dessas considerações é de todo original. Mas era preciso que um homem público com a experiência e com a habilidade do sr. Tancredo Neves, chegando à culminância de sua carreira política, tivesse a coragem de ser redundante ao reafirmá-las, pois de nada adiantam os melhores esforços modernizadores e as mais honestas propostas reformadoras quando as instituições se encontram descredenciadas, sendo ineficazes na estabilização das relações sociais. E estas, nos últimos tempos, têm vivido momentos de grande instabilidade, insegurança e incerteza, já que a espiral inflacionária vem inviabilizando o planejamento econômico governamental, comprometendo a programação estratégica empresarial, desviando recursos de investimentos para a especulação do mercado financeiro e corroendo o poder aquisitivo dos salários, formando um asfixiante círculo vicioso gerador de mais recessão e mais desemprego.

Nesse clima, como reconheceu o presidente eleito, "é inútil pensar em qualquer meta mudancista". E é por isso que a grande idéia contida em sua entrevista consiste, justamente, na sua aguda percepção de que o primeiro desafio dos responsáveis pela Nova República será a recuperação da "governabilidade" do País. Isso porque, se a inflação não for controlada, se as estatais não forem controladas, se a dívida externa não for renegociada, se a máquina administrativa não responder com precisão às ordens emanadas de cada gabinete ministerial e se a capacidade de comando do Planalto não for recuperada, tanto o novo regime — e todas as suas promessas liberalizantes — quanto a própria Constituinte — e todas as nossas esperanças democratizantes — estarão inevitavelmente condenadas ao fracasso.

A recuperação da legitimidade de nossas instituições políticas e jurídicas depende, portanto, de um cronograma bastante preciso de medidas a serem aplicadas. Caso as prioridades não sejam escalonadas com rigorosa objetividade, o processo todo corre o risco de desandar em meio a um clima de desconfianças, suspeições e intransigências.